

FINANCIERS, PHILANTROPES: VOCATIONS ÉTHIQUES ET RÉPRODUCTION DU CAPITAL À WALL STREET DEPUIS 1970

Nicolas Guilhot

Raisons d'Agir éditions, Paris, 2004

Cecilia Campello do A. Mello
Doutoranda PPGAS-MN-UFRJ

Nos últimos vinte anos, o discurso da *responsabilidade social* de empresas no tratamento da questão social e urbana se disseminou na esfera pública a partir da idéia de que, para além da maximização do lucro, caberia ao setor privado assumir um papel de agente na promoção do bem-estar social. Esta discussão é uma boa porta de entrada para o debate em torno da permeabilidade das fronteiras que balizariam os setores público e privado no tratamento das questões urbanas. Estaríamos observando mais uma reconfiguração desses (sempre tão fluidos) limites, a partir da introdução de uma espécie de “vontade de governar” privada na constituição de políticas públicas e, em particular, do chamado desenvolvimento sustentável das cidades?

Na contribuição de Nicolas Guilhot a este debate, a filantropia aparece como “resposta à crise”, isto é, resposta empresarial às mudanças sociais provocadas pela industrialização e a rápida urbanização, cujos impactos não teriam sido totalmente absorvidos pelas instituições existentes. Isso teria gerado uma espécie de “brecha” ou “demanda” através da qual a filantropia se infiltrou e se desenvolveu. Essa resposta à crise, em um primeiro momento, seria também caracterizada por um esforço científico, no sentido de aplicar à gestão dos problemas sociais os métodos racionais que sustentavam a organização industrial do trabalho.

Na longa introdução do livro que resulta de um projeto de pesquisa encomendado pela Comunidade Européia, Nicolas Guilhot situa a filantropia como uma atividade co-extensiva, porém, subordinada ao mundo dos negócios: “a filantropia é um fenômeno de segunda ordem que não pode se conceber senão sobre o fundo de uma prática de acumulação de riqueza, que é necessariamente primeira”.

O autor estabelece uma descontinuidade entre as obras de caridade orientadas por motivos religiosos e a

chamada filantropia moderna, que teria nascido nos EUA nos últimos decênios do século XIX. Guilhot recusa – por motivos não explicitados – a hipótese de que a filantropia seria o “preço a pagar” para continuar enriquecendo de forma pouco escrupulosa sem muito tormento, segundo o modelo dos *barons voleurs*, na França em fins do XIX: “roubar muito e restituir pouco, isto é a filantropia”. Tivesse seguido esta pista, o autor se defrontaria justamente com a possibilidade de certa continuidade de valores religiosos – uma ética do protestantismo puritano norte-americano – a permear a lógica da filantropia no mundo industrial e pós-industrial, segundo modalidades específicas.

A primeira geração de filantropos é caracterizada pelo autor como “novos ricos” – Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Russell Sage, Andrew Mellon e Henry Ford seriam os ícones deste período –, por terem acumulado fortunas extraordinárias a partir da exploração sem precedentes do proletariado urbano e da concorrência econômica. Neste contexto, a filantropia teria surgido como “alternativa privada ao socialismo, fazendo do setor privado a garantia da justiça social”. Com a crise de 1929 e a pressão do governo por um maior enquadramento jurídico e estatal da filantropia, estabeleceu-se uma maior independência das fundações em relação às suas empresas criadoras, o que teria reforçado a credibilidade das fundações. Assim, a filantropia teria se tornado um campo de práticas relativamente autônomas que se ofereceria ao pesquisador como “fora de toda relação com o substrato econômico”. O autor, atento a isso, pretende retrazar os laços da filantropia com o capital que esta suposta autonomização teria apagado.

Guilhot pretende trazer à luz os mecanismos internos ao universo das finanças que teriam possibilitado a existência de investimentos que parecem contradizer a lei da acumulação capitalista. Após um breve debate com o anti-utilitarismo, o autor define que a acumulação capitalista e o gasto filantrópico não são contraditórios lógicos, porém, modalidades “complementares, contínuas e indistintas” da reprodução do capital. O autor apresenta, então, sua hipótese explicativa central, a de que a filantropia se confundiria com o próprio movimento do capital. Através das doações, o capital financeiro passaria por um processo de conversão e retornaria, não como capital-moeda, mas como capital social, científico, político, necessários à reprodução social do capital e à sua legitimação.

O tratamento da filantropia como “fenômeno de segunda ordem” é, talvez, a principal tensão do texto. Há forte ênfase na descrição do processo de financeirização da economia pós década de 1970, processo que, em si mesmo, nada ou pouco explica sobre a filantropia moderna norte-americana. À espreita do autor, a tendência a explicações mecanicistas e circulares de que este fenômeno seria um mero efeito ou reflexo de uma realidade mais fundamental, o mundo das finanças ou o “substrato econômico”. Dos laços da filantropia com o capital, o autor desvela apenas um elemento: as origens “sujas” (isto é, especulativas) dos recursos de grandes filantropos, exercício certamente válido, porém insuficiente para dar inteligibilidade ao fenômeno.

Guilhot se vale da análise *maussianiana* sobre a instituição do *potlatch* entre os Kwakiutl e transpõe sua lógica para os financistas contemporâneos sem maiores mediações. Propõe uma analogia entre as lideranças capitalistas atuais com o chefe Kwakiutl, cuja posição de liderança e o favorecimento por parte dos espíritos dependiam de grandiosos rituais agonísticos de distribuição perdulária da fortuna. Se considerarmos este instigante ritual Kwakiutl como contendo um invariante estrutural universal e a-histórico próprio à natureza humana, talvez a hipótese de Guilhot faça sentido. Mas talvez fosse mais próprio do ponto de vista histórico e antropológico traçar uma continuidade entre os filantropos atuais e as religiões protestantes, a ideologia da prosperidade e a escatologia moral pessoal da vida na terra como condicionante à entrada no reino de Deus, constituintes mais prováveis dos valores que povoam certos modos de subjetivação presentes na sociedade estadunidense.

Mas qual seria a especificidade da filantropia hoje, em um contexto de financeirização econômica? Segundo Guilhot, o capital financeiro, ao contrário do industrial, seria hoje apresentado como o “bom” capital, o capital progressista por excelência. Os agentes financeiros ou *corporate raiders* apresentam publicamente uma retórica da emancipação, contra discriminações e privilégios e da ética nos negócios. O que anima o autor é o desejo de demonstrar o paradoxo de que “são os representantes das finanças mais predadoras e da desregulação dos mercados que vão mais investir na moralização do capitalismo”.

Com a passagem do fordismo para o pós-fordismo, teria havido uma “luta de nobres”, uma espécie de

“configuração agonística” entre duas classes capitalistas. Assim, o autor discorre sobre as mudanças no capitalismo pós 1979, mostrando como os proprietários acionários passaram a ter seu poder ilimitado e como a reestruturação do aparelho produtivo se fez basicamente em cima das perdas salariais sustentadas pelas baixas taxas de sindicalização.

É neste contexto que entrariam em luta as classes dirigentes. Wall Street teria sido no passado um clube relativamente fechado, composto de membros recrutados no seio da grande burguesia da costa leste, pessoas dotadas de “nascimento, dinheiro e inteligência”. Este mundo teria encontrado seu declínio irreversível na década de 1970, quando os bancos de investimento começaram a diversificar sua atuação, criando um departamento de fusões e aquisições, que se alimentou do desmembramento do setor industrial e abriu uma competição aberta entre os bancos. Neste novo mundo, jovens sem laços ou herança social, mas com importante capital escolar, atraídos pela liberalização das comissões, altos salários e bônus, teriam adentrado com força no mercado e passado a “abocanhar” uma fatia que teria pertencido às antigas elites.

Essa nova geração de operadores financeiros, segundo Guilhot, teria uma relação puramente instrumental – e muitas vezes “incompatível com os códigos de conduta da profissão” – com as normas profissionais que estruturariam tradicionalmente o universo bancário e de mercados futuros. Esses “novos recrutas” teriam escapado ao “longo processo de socialização interna sobre o qual repousava o *habitus* dos seus mais velhos, o conjunto das disposições sociais e econômicas que definiam a fronteira entre o lícito e o ilícito”. Esses jovens especuladores seriam, para o autor, “totalmente desprovidos de capital social e econômico, verdadeiros sub-proletariados da finança”.

A pesquisa encontra um claro limite no que se refere à seleção e ao tratamento das fontes com as quais o autor trabalhou. Talvez pelo fato de não ter feito pesquisa empírica e ter como fontes centrais as revistas *Business Week* e *Fortune* e o *Wall Street Journal*, isto é, narrativas não-distanciadas e representantes das partes interessadas e mais ilustradas deste debate, o autor adere por demais à hipótese nativa da luta entre as classes dirigentes. De um lado, a burguesia industrial ilustrada e ética e, de outro, os novos financistas especuladores sem escrúpulos oriundos das classes mé-

dias, sem capital social e sem ética, mas com grande capital escolar. Embora certamente estas disputas inter-classe sejam relevantes, o autor atribui uma diferença *de facto* para grupos que, de outro ponto de vista, poderiam ser descritos como nem tão distintos assim. Afinal, não foi o próprio autor quem definiu os filantropos antigos como “novos ricos”? Teriam os primeiros filantropos um passado tão “glorioso”, “ético” e “escrupuloso” como assume o autor, a partir da leitura do *Wall Street Journal*?

Por fim, Guilhot defende que os anos 1990 teriam sido o marco da “moralização dos negócios”, “lavagem ética do capital” e da emergência da *corporate* ou *venture philanthropy*, elemento central da política neoliberal de desengajamento do Estado. A “responsabilidade social” de empresa seria uma forma de diminuir o controle do Estado e de prevenir qualquer tentativa de regulamentação. A forte profissionalização do campo da filantropia, segundo o autor, seria um indicador da autonomização do campo, e a produção de normas, padrões e critérios de avaliação evidenciarium uma “vontade de governar” por parte do chamado terceiro setor, de governar cidades, no caso dos projetos sociais urbanos de empresas.

CIDADE: IMPASSES E PERSPECTIVAS

Maria Lúcia Caira Gitahy e José Tavares de Lira Correia (Orgs.)
São Paulo: Annablume Editora/FAU-USP/Fupam,
2007 (Coleção Arquiteses, n.2)

Nadia Somekh

FAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie

A Faculdade de Arquitetura da USP acaba de editar, com dois volumes iniciais, a coleção Arquiteses, que reúne artigos das melhores teses e dissertações produzidas no programa de Pós Graduação Estruturas Ambientais Urbanas. A área de concentração, embora genérica originalmente, foi recentemente subdividida em oito áreas mais específicas: história da arquitetura, da cidade e do urbanismo, planejamento urbano, paisagem e ambiente, projeto, tecnologia e design. Essa amplitude é recortada efetivamente pelas dissertações e teses que

conseguem resgatar uma pauta preciosa dos principais problemas de pesquisa em arquitetura e urbanismo.

No volume 2, *Cidade: impasses e perspectivas*, longe de uma justaposição, o trabalho de editoria sob a responsabilidade de Maria Lucia Gitahy e José Tavares Correia de Lira consegue compor os trabalhos em uma seqüência que potencializa o encadeamento das argumentações, com uma complementaridade equilibrada entre o teórico e o empírico. O mosaico de textos, em sua composição, é um retrato atual não só dos problemas a serem enfrentados no mundo urbano contemporâneo, mas também das lacunas não-resolvidas, possibilitando a abertura para inúmeros novos projetos de pesquisa, tornando-o leitura obrigatória para alunos e professores de programas de pós-graduação e dos cursos de graduação que valorizam a pesquisa na formação de estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

A abertura do volume cabe ao artigo de Andréa de Oliveira, que através da revisão crítica apresenta a importância da precisão na definição conceitual de “centro” e “centralidades”. Ao longo do século XX, a expansão periférica e a necessidade de intervenções renovaram estes termos, destituindo seu caráter simbólico. A autora alerta que a indefinição do conceito, resultado de visões acríicas que se sucederam provenientes de saberes diversos, levam a interpretações duvidosas e, portanto, servem como um discurso flexível que se presta a justificar intervenções ao sabor de interesses diversos. Se o centro anteriormente diferenciava-se das centralidades por conter condições históricas, hoje representam a concentração de fluxos produzidos pelos agentes imobiliários.

O texto seguinte, de Beatriz Diógenes, dialoga com o anterior ao descrever o deslocamento de atividades no bairro de Aldeota, em Fortaleza. A partir de hipóteses de Flávio Villaça – fonte referencial recorrente na maioria das pesquisas –, a autora assinala que a percepção “do perto e do longe” é produzida pelas elites, que conferem caráter metafórico ao próprio conceito de “novo centro da cidade”, isto é, a capacidade de reunir condições históricas socialmente abrangentes na nova centralidade. A confusão em relação aos termos remete à necessidade de resgatar seu sentido mais preciso e, ao mesmo tempo, reitera o conteúdo ideológico dessa confusão.

Karin Ianina Matzkin apresenta texto comparativo entre a produção dos espaços de São Paulo, Buenos